

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
SOBRE PLANEJAMENTO TERRITORIAL
[“TERRITORIAL PLANNING”] INDEXA-
DOS NA BASE DE DADOS SCOPUS: PERS-
PECTIVAS DE NOVAS PESQUISAS NO CAM-
PO DA COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
SOCIAL**

RUBENS STALOCH
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA
RUBENS.STALOCH@UDESC.BR

ISA DE OLIVEIRA ROCHA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA
ISA.ROCHA@UDESC.BR

ELAINE ROSANGELA DE OLIVEIRA LUCAS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA
LANI@UDESC.BR

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PLANEJAMENTO TERRITORIAL [“TERRITORIAL PLANNING”] INDEXADOS NA BASE DE DADOS SCOPUS: PERSPECTIVAS DE NOVAS PESQUISAS NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Resumo: O presente trabalho analisa, do ponto de vista bibliométrico, um panorama no cenário mundial e especialmente no âmbito do Brasil sobre o termo “territorial planning”. Baseia-se na aplicação de métricas bibliométricas a partir da base de dados Scopus. Como resultado, a partir da discussão realizada, se verificou a ausência, ou incipiência, de publicações [artigos] que versam sobre planejamento territorial, participação e comunicação. E desta forma, se quer incitar novas e mais discussões acerca do assunto.
Palavras Chave: Bibliometria; Planejamento Territorial; Comunicação; Planejamento Territorial Participativo.

ANÁLISIS DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA SOBRE PLANIFICACIÓN TERRITORIAL [“TERRITORIAL PLANNING”] INDEXADOS EN LA BASE DE DATOS SCOPUS: PERSPECTIVAS DE NUEVAS INVESTIGACIONES EN EL CAMPO DE LA COMUNICACIÓN Y PARTICIPACIÓN SOCIAL

Resumen: El presente trabajo analiza, desde el punto de vista bibliométrico, el panorama en el escenario mundial y especialmente en el ámbito brasileño, sobre la expresión "territorial planning". Se basa en la aplicación de métrica de bibliometría desde la base de datos Scopus. Como resultado de la discusión realizada, se ha comprobado la ausencia, o incipiente, de las publicaciones [artículos] que estudian la planificación territorial, la participación y la comunicación. Con eso, se objetiva incentivar nuevas y más discusiones sobre este tema.
Palabras Clave: Bibliometría; Planificación Territorial; Comunicación; Planificación Territorial Participativa.

SCIENTIFIC PRODUCTIONS ANALYSIS ABOUT TERRITORIAL PLANNING [“TERRITORIAL PLANNING”] INDEXED AT THE SCOPUS DATABASE: PERSPECTIVES OF THE NEW RESEARCHES IN THE AREA OF COMMUNICATION AND SOCIAL PARTICIPATION

Abstract: The present work analyzes, from the bibliometric point of view, a panorama on the world scene and especially in the scope of Brazil about the term “territorial planning”. Based on the application of bibliometric metrics from the Scopus database. As a result, from the discussion realized, it was verified the absence, or incipience, of publications [articles] that deal with territorial planning, participation and communication. And thus, it is inten-

ded to encourage new and more discussions on this subject.

Key-word: Bibliometrics; Territorial Planning; Communication; Participative Territorial Planning.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento territorial diz respeito à definição do melhor modo de ocupar o sítio de um município ou região, prever os pontos onde se localizarão atividades, e todos os usos do espaço, presente e futuros (BRASIL, Ministério das Cidades, 2005). O presente texto tem como enfoque uma pesquisa bibliométrica sobre o termo planejamento territorial, sobretudo no contexto brasileiro, a partir da base de dados *Scopus* a fim de verificar em qual(is) perspectiva(s) se está discutindo o tema. Cabe mencionar que a pesquisa bibliométrica se refere à técnica estatística utilizada para mensurar aspectos da produção acadêmica que contribuem para o desenvolvimento da ciência (FARENHOF; FERNANDES, 2016).

No caso deste trabalho busca-se analisar o panorama no cenário mundial e do Brasil, propondo ao final novas correlações¹, sobretudo, para o planejamento territorial participativo por meio das territorialidades recentes constituídas, no ciberespaço. Assim, a pesquisa bibliométrica está organizada de modo que se possam visualizar em uma perspectiva temporal (1990 a 2016) das publicações científicas no âmbito do Planejamento Territorial.

Assim, o presente trabalho tem como contribuição científica, não no aprofundamento teórico de assuntos relacionados à área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da Capes, mas sim, na análise descritiva dos principais assuntos discutidos na área, enfatizando o termo planejamento territorial, por meio da pesquisa bibliométrica, bem como, apresentar uma discussão acerca da [possibilidade] relevância da comunicação em rede no ciberespaço como campo de estudo e prática ao planejamento territorial participativo. Ainda, tendo em vista pesquisa em andamento sobre planejamento territorial participativo², e como forma de complemento a este texto, após a pesquisa bibliométrica na base de dados *Scopus*, se perfaz ainda, uma

1 Fase dois da metodologia descrita por Farenhof; Fernandes (2016), observando as lacunas na pesquisa sobre o termo pesquisado.

2 Tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

breve análise sobre a produção científica acerca do assunto planejamento territorial enfocando a participação social, a partir da análise dos anais do XVII ENANPUR (2017).

Destaca-se ainda que o fato mais relevante do texto aqui apresentado está no ensaio da relação entre ciberespaço, comunicação e planejamento territorial participativo. Posto isto, o presente artigo segue assim estruturado: referencial teórico com breves notas sobre planejamento territorial; metodologia da pesquisa; apresentação dos dados referente à pesquisa do termo “territorial planning” em nível mundial; apresentação dos dados referente à pesquisa do termo “territorial planning” em nível brasileiro (a partir dos resultados dos artigos indexados na base de dados *Scopus*) e análise dos anais do XVII ENANPUR (2017) e notas conclusivas com correlações para futuras pesquisas que versam sobre o ensaio da correlação entre planejamento territorial participativo, ciberespaço e comunicação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: BREVES NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A organização do espaço, da localização dos fixos/fluxos ou dos objetos/ações ou das formas/funções, interfere no processo de desenvolvimento na medida em que o próprio espaço se apresenta como acumulação de trabalho e incorporação de capital na superfície terrestre agindo como um campo de força cuja energia é a dinâmica social (SANTOS, 1978). O desenvolvimento (bom desenvolvimento³) é um dos principais objetivos do planejamento territorial – nas escalas regional e urbana – sendo que este é um processo contínuo e progressivo, visando produzir e distribuir os bens e serviços a fim de atender as necessidades individuais e coletivas dos seres humanos, enfatizando ainda, a sustentabilidade⁴.

Assim, a finalidade primária do planejamento e gestão territorial, con-

3 Sendo o desenvolvimento uma mudança no espaço e no tempo, o bom desenvolvimento seria decorrente de boas políticas territoriais implementadas cujo resultado esteja na melhora da qualidade de vida e sustentabilidade das cidades.

4 Diversos são os autores que se propõem a pensar e discutir sobre sustentabilidade, sendo que a generalização do discurso acerca do desenvolvimento sustentável ocorre em 1987 a partir do Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMDA), conhecido como *Relatório Brundtland*, que define oficialmente o conceito de desenvolvimento sustentável sendo aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.

forme Mafra & Silva (2004, p. 8), resume-se ao “ordenamento territorial, significando esta expressão a análise da distribuição dos locais destinados à habitação e às atividades produtivas e outras num dado espaço, bem como das formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos”. Por sua vez, ainda lembram os autores, o planejamento territorial é entendido como “uma estrutura analítica e estratégica, na sua essência um conjunto coerente de políticas que estabelecem ou modificam o ordenamento territorial” (MAFRA & SILVA, 2004, p. 9). Executar o planejamento territorial, portanto, “é definir o melhor modo de ocupar o sítio de um município ou região, prever os pontos onde se localizarão atividades e todos os usos do espaço, presentes e futuros” (BRASIL, 2004, p. 14). Assim, por meio do planejamento territorial:

Pode-se converter a cidade em benefício para todos; podem-se democratizar as oportunidades para todos os moradores; podem-se garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e podem-se democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável (BRASIL, 2004, p. 14).

De acordo com Saquet (2011, p.105), “a práxis de desenvolvimento territorial não pode ser burocrática e centralizada, direcionada *por* e *para* poucos, político-partidária e subordinante”. Ou seja, não se pode ter ideias fora dos lugares e lugares fora das ideias, como aponta Maricato (2009). Portanto, a participação é fundamental para que se conquiste a cidade (e o desenvolvimento) que se quer. Segundo o Ministério das Cidades (2004, p. 13), “todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município”. Portanto, o planejamento regional e urbano precisa ser construído com base em princípios como:

Participação, solidariedade e cooperação, reconhecendo as diferenças, as identidades, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, enfim, a heterogeneidade dos tempos, dos territórios, das temporalidades, das territorialidades e a conquista de autonomia no processo decisório (SAQUET, 2011, p. 105).

Pensando no processo de planejamento territorial brasileiro, se pode assim dividi-lo:

1ª.: Brasil Colonial (1500-1822): No Brasil Colônia, o marco principal de planejamento territorial foi, sem dúvida, a forma como o território fora di-

vidido, em capitanias hereditárias, sendo estas, divididas de forma arbitral, mediante interesses.

2^{a.}: Brasil Império (1822-1888): A exploração do território avança (já no Brasil Imperial) do litoral para o centro através do chamado ciclo dos bandeirantes, que se iniciou no século XVI e prolongou-se até o século XVIII. Partia de São Paulo rumo ao interior como objetivo de capturar índios nas missões jesuíticas, além dos bandeirantes que buscavam metais preciosos como ouro e prata. Já, os bandeirantes de contrato eram aqueles contratados pelo governo imperial para combater tribos indígenas rebeldes e negros que viviam nos quilombos. Destaca-se neste período, o chamado ciclo de povoação do território.

3^{a.}: Brasil República (1889 aos dias atuais): Período marcado pelo início do processo de planejamento fundamentado no chamado urbanismo, tendo em vista a urbanização crescente. O processo de urbanização do Brasil tem na Revolução de 1930 seu principal marco, onde o Estado brasileiro passa a ser liderado pela aliança de classes dominantes representada pelos latifundiários aliados a burguesia nascente, constituída na fase depressiva do terceiro ciclo longo do capitalismo central (RANGEL, 1981). A partir da revolução de 30, o Brasil passa a se construir como uma Nação, porém, com grandes problemas, sobretudo, estruturais, como é o caso da falta de comunicação entre territórios (estradas).

É preciso compreender ainda, que o processo de planejamento no Brasil tem bases na chamada Lei de Terras (Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850), sendo que a premissa básica era a transformação das terras em mercadoria. E assim, “a tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)” (MARICATO, 2008, p. 23).

Por muito tempo se achou que planejar a cidade era praticar o que Souza (2010, p. 56) chama de urbanismo [assim como evidenciado no Plano Agache], porém, “urbanismo e planejamento urbano não são [...] sinônimos, nem o primeiro esgota o segundo”. O planejamento territorial avançou com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), sendo que:

As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir - mais do que normatizar - as formas de uso ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a idéia (sic)

de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal (ROLNIK, 2001).

Atualmente, se percebe uma perda de muitas destas conquistas, sobretudo, a facilidade do diálogo estabelecidas por políticas nos anos 2000 (início com governo Lula). Inclusive, a Conferência das Cidades que ocorreria em 2017 não aconteceu, sendo esta protelada pelo presidente da República Michel Temer por meio do Decreto 9.076/2017, que a adiou para 2019. Um dos pontos polêmicos da edição do Decreto diz respeito ao mandato das entidades e membros que integram o ConCidades. O mandato tem duração de três anos, esse último para o período de 2015 a 2017, e encerraria com a eleição dos novos representantes na 6ª Conferência Nacional das Cidades no ano de 2017. Com a edição do Decreto, os participantes do colegiado podem atuar apenas até o dia 23 de julho, sem previsão de continuidade. Assim, o conselho terá suas atividades encerradas, já que o evento ficou agendado somente para o ano de 2019. Ou seja, as mobilizações acerca do planejamento territorial tendem a se estagnar.

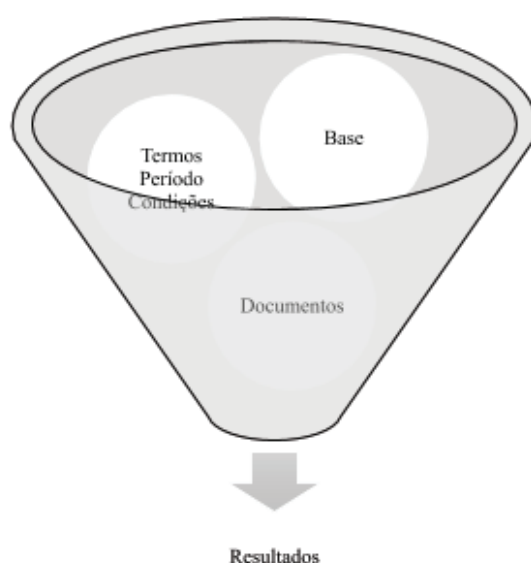
E assim, para que se possa alcançar um bom desenvolvimento, é fundamental a integração entre os pesquisadores, formadores em diferentes níveis acadêmicos e cidadãos, em projetos, programas e planos de desenvolvimento, ou seja, a comunicação é fator fundamental, sobretudo, para que a participação possa ocorrer, bem como, a abertura [institucional e política] para que esta aconteça. Assim, é fundamental também, entender em qual (is) perspectiva (s) se está pesquisando acerca do planejamento territorial, como forma de abrir possibilidade de novos horizontes. Para isto, se recorreu a uma pesquisa bibliométrica em uma base de dados específica, apresentada a seguir, tecendo algumas considerações ao final.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem seu escopo definido, cujo foco está no entendimento de quais perspectivas se está trabalhando acerca do planejamento territorial. Desta forma, se recorreu a uma pesquisa bibliométrica junto a base de dados Scopus⁵ e nos anais do XVII ENANPUR (2017), neste último

5 É sabido da existência de demais bases de dados, bem como, de demais tipos de materiais, teses e dissertações, por exemplo, porém, se optou em utilizar a base em ques-

caso, de forma complementar para verificação sobre publicações acerca de planejamento territorial participativo. Para a pesquisa na base Scopus se utilizou o termo “territorial planning”, por meio do procedimento metodológico específico denominado *Systematic Search Flow* (FARENHOF; FERNANDES, 2016), cujo processo lógico é baseado na definição dos termos de pesquisa, no período específico e nas condições (“and”; “or”; “or not”), para que após se classifiquem os documentos encontrados:



Ainda, cabe nota sobre a escolha do termo pesquisado em que se optou pelo termo “territorial planning” no sentido amplo e aberto, justamente, para que fosse possível capturar trabalhos sobre este tema e assim, verificar quais as perspectivas de estudo deste. Optou-se em utilizar o termo em Inglês pois, desta forma, não se restringe a pesquisa do termo em Português, tendo em vista que todos os documentos indexados na base de dados possuem tradução do título, resumo e palavras-chave para o Inglês.

Desta forma, a etapa inicial é composta pela organização dos aspectos de pré-processamento envolvendo estruturação da pesquisa; tratamento da visualização e atualização com base em inferências; métricas e considerações. A base de dados Scopus foi selecionada em virtude de se constituir em uma base global, que apresenta quantidade e qualidade de material publicado na área.

A fase inicial da pesquisa na base de dados foi realizada durante a segun-

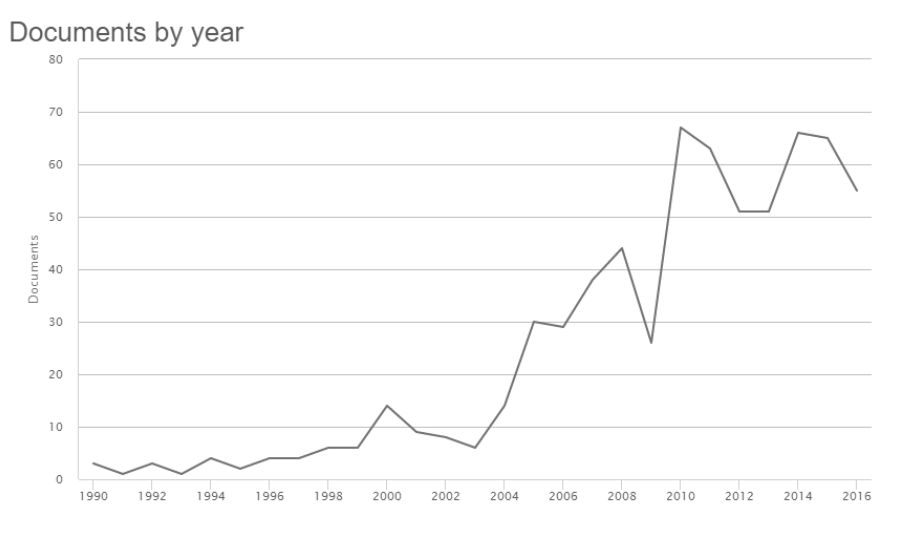
tão, devido a qualidade do material a ela indexado, sobretudo, artigos [maior porção].

da quinzena do mês de outubro e a primeira quinzena do mês de novembro de 2016 e atualizada na segunda quinzena de junho de 2017. Para a pesquisa considerou-se o período de 1990 a 2016, utilizando na busca por documentos, a expressão “territorial planning”, sendo esta encontrada mediante os seguintes critérios: “Article Title”, “Abstract” e “Keywords”. As buscas foram realizadas em dois tipos de documentos: a) em todos os documentos (“All”); e b) apenas artigos (“Articles”), sendo este o foco de análise mais específico para este trabalho. Quanto à área, buscaram-se documentos em “Social Sciences”, base onde se encontram dados de trabalhos publicados para a área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia da Capes. Como forma de representação dos dados obtidos, se utilizou da técnica de estatística descritiva, como se observa na próxima seção.

4 RESULTADOS DESCRITIVOS DA PESQUISA

Quando aplicado o filtro de pesquisa para “territorial planning”, considerando o termo de busca em todos (“All”) documentos, foram encontrados, em nível mundial, considerando todas as línguas de buscas, 670 documentos, assim distribuídos por período:

Gráfico 1: Documentos por ano – 1990 a 2016.

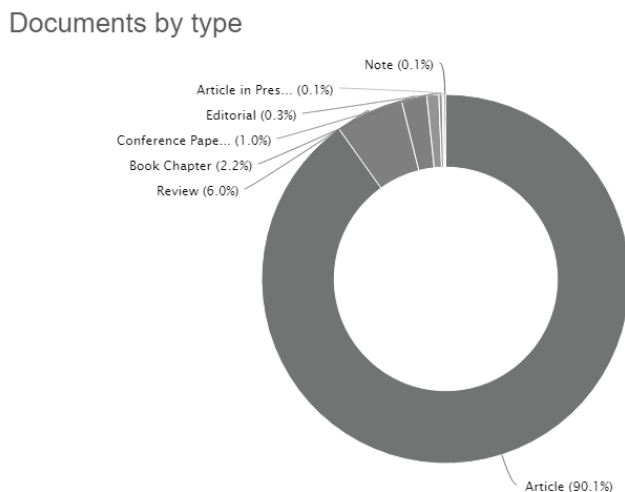


Fonte: dados da pesquisa na base Scopus (2017).

Verifica-se desta forma que o período com a maior quantidade de publicações de documentos referente ao termo de busca foi o ano de 2010, totalizando 67 documentos indexados. Ainda, constata-se que a maior parte das

publicações é constituída por artigos (“Articles”), mais de 90%:

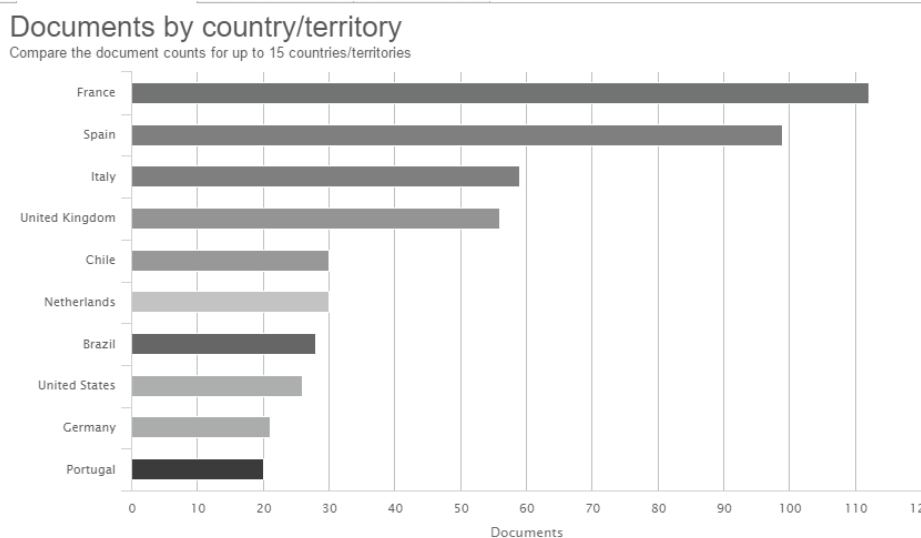
Gráfico 2: Tipos de Documentos.



Fonte: dados da pesquisa na base *Scopus* (2017).

Quanto aos países em que os documentos são publicados, destacam-se com maior número de publicações no período considerado: França (112 documentos), seguido da Espanha (99 documentos) e Itália (59 documentos). Verifica-se ainda, que o Brasil ocupa a sétima posição quanto ao número de publicações para este termo de busca.

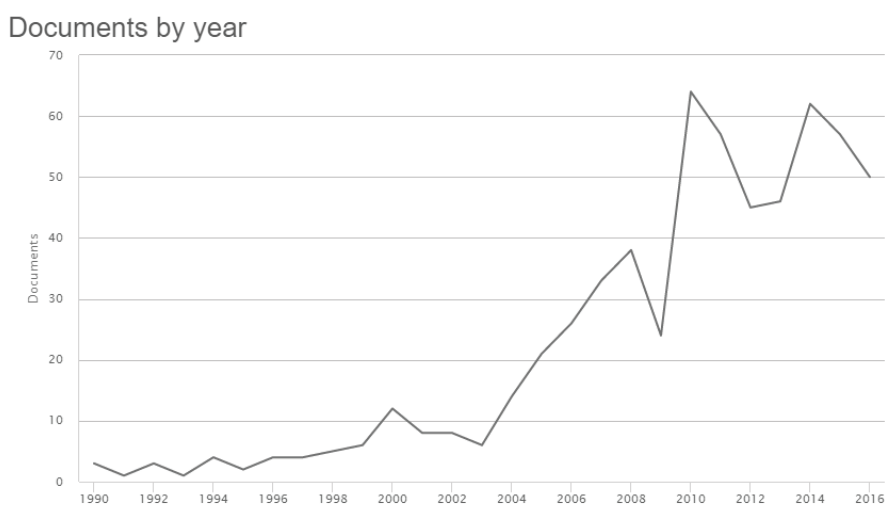
Gráfico 3: Documentos por País.



Fonte: dados da pesquisa na base *Scopus* (2017).

Para o recorte da análise de dados deste trabalho utiliza-se apenas os documentos denominados de “Articles” (porção de 90,1% do total encontrado na busca), que apresentam a maior quantidade de material indexado na base. Desta busca resultaram 670 documentos. Posteriormente aplicou-se o filtro apenas para artigos, resultando 604 artigos, distribuídos temporalmente conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4: Documentos – Artigos / por ano – 1990 a 2016.

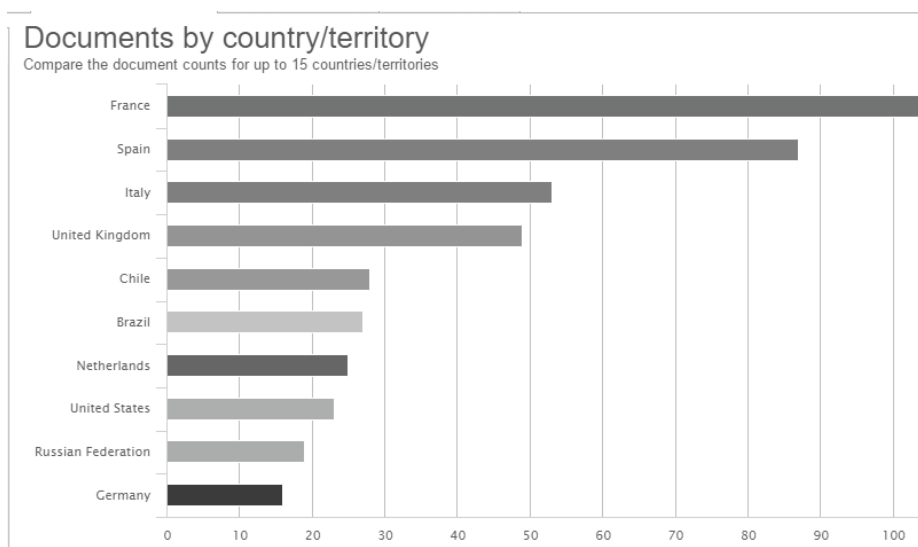


Fonte: dados da pesquisa na base Scopus (2017).

Nota-se que há uma crescente publicação referente ao tema de busca a partir dos finais da década de 1990. No período de 2000 até 2014 ocorreu um aumento de mais de 400% no número de publicações. Ainda, se verifica que em um período mais recente, últimos cinco anos (2011 a 2016), se publicou mais, considerando o termo “territorial planning”, do que em toda década anterior (2001 até 2010).

Considerando a importância, a influência e a contribuição dos artigos para outros trabalhos acadêmicos e alinhando com o que Araújo (2007) relata, que a análise das citações é a parte mais importante da pesquisa bibliométrica, observa-se que os 604 artigos publicados no período de 1990 a 2016 foram citados por outros 3.321 documentos indexados na base de dados Scopus. O país com maior número de publicações para o termo pesquisado é a França, seguido da Espanha e Itália.

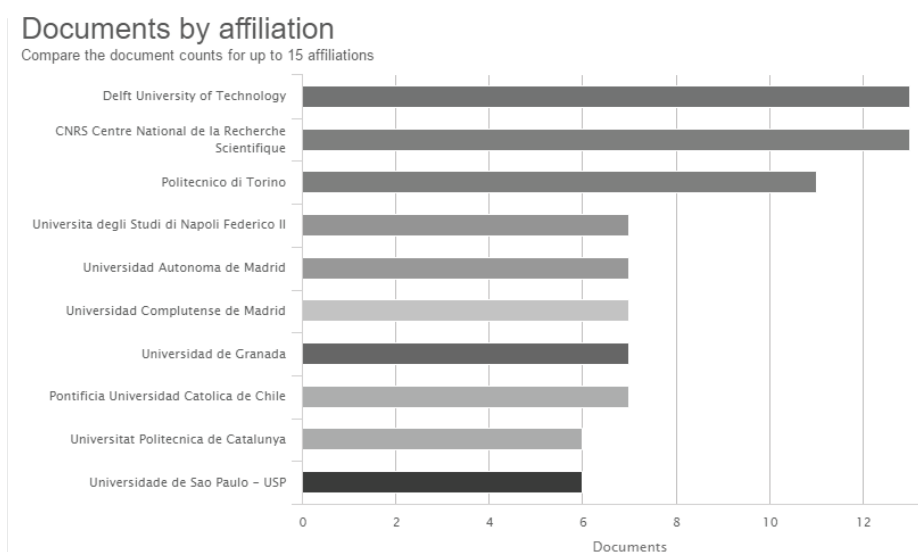
Gráfico 5: Documentos – Artigos / por ano – 1990 a 2016.



Fonte: dados da pesquisa na base Scopus (2017).

Nota-se que o Brasil apresenta certo destaque no que tange a publicações com o termo de “territorial planning”. Está na sexta posição e é o país da América Latina, juntamente com o Chile, de maior destaque. Mas, considerando a afiliação dos autores do total de 604 artigos, verifica-se que o maior número de documentos publicados possuem vinculação com instituições europeias. Destaca-se, em nível brasileiro a Universidade de São Paulo - USP, que aparece como a décima instituição do mundo com o maior número de publicações e indexados na base Scopus (2017).

Gráfico 6: Documentos por afiliação – 1990 a 2016.



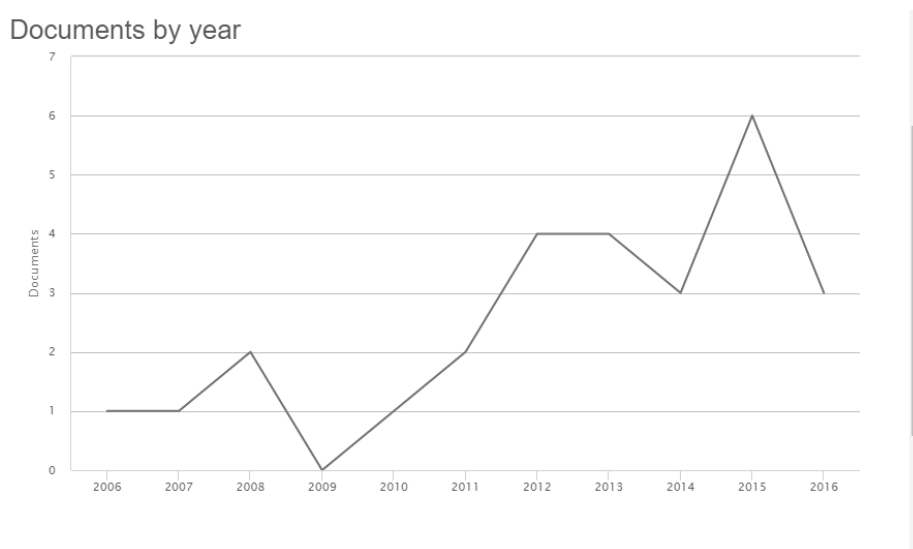
Fonte: dados da pesquisa na base Scopus (2017).

Aplicando-se ao filtro de busca “territorial planning”, a seleção por país, no caso o Brasil, observa-se que dos 604 artigos encontrados na pesquisa global, 27 documentos (“Articles”) foram publicados no Brasil, com início de registro em 2006⁶. Os dados descritivos estão apresentados na próxima seção, evidenciando destaque nas publicações para as regiões sudeste e sul do país.

5 PESQUISA BIBLIOMÉTRICA PARA O TERMO “TERRITORIAL PLANNING” NA BASE DE DADOS SCOPUS: ÂMBITO BRASILEIRO

Inicialmente, cabe observar que o período com maior número de publicações foram os anos de 2012 e 2015:

Gráfico 7: Documentos por ano, Brasil – 1990 a 2016.

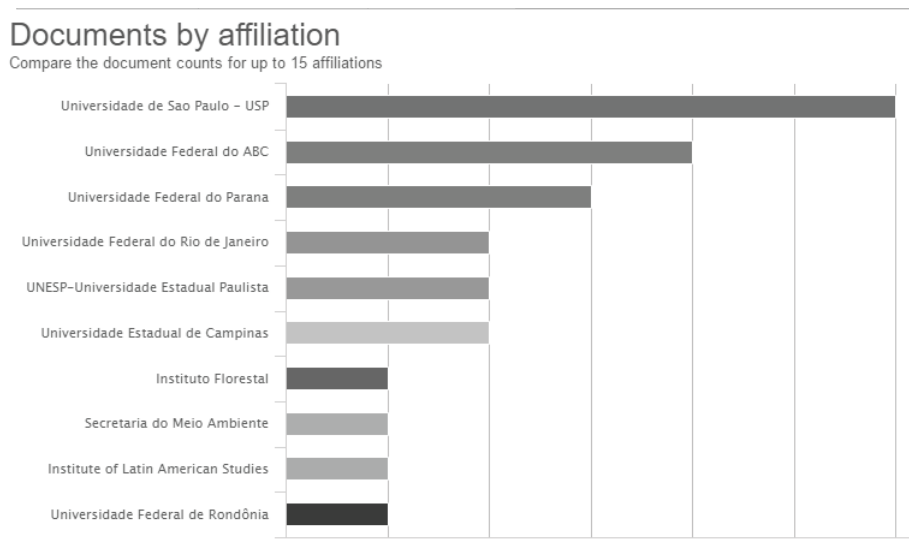


Fonte: dados da pesquisa na base Scopus (2017).

Analisando a afiliação dos autores, constata-se que a maior representatividade é da Universidade de São Paulo – USP, seguida pela Universidade Federal do ABC, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nota-se que as publicações referentes ao termo de busca possuem maior representatividade dentre as instituições das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Ainda, estes 27 documentos foram citados por 25 outras pesquisas.

6 As buscas não retornam resultados para períodos anteriores.

Gráfico 8: Documentos por afiliação, Brasil – 1990 a 2016.



Fonte: dados da pesquisa na base Scopus (2017).

Com o intuito de verificar em que perspectiva se está pesquisando o planejamento territorial, foram analisados os 27 artigos encontrados para o Brasil, sendo a leitura dos mesmos realizada e os resultados para as temáticas tratadas nos textos estão apresentados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Quadro Sinótico das Temáticas dos Artigos publicados (Brasil) na base Scopus (2017).

#	Artigo	Ano	Autor (es)	Temática (s)
1	Territory and health in Milton Santos geography: Theory and method for territorial planning the unique health system in Brazil (Article)	2016	Faria, R.M., Bortolozzi, A.	Território Territorialidades
2	Low cost potential infiltration estimation for wet tropical watersheds for territorial planning support (Article)	2016	Dos Santos, F.M., Lollo, J.A.	Dados Geoespaciais Georreferenciamento Geoprocessamento Base de Dados
3	La place de la biodiversité dans les documents de planification urbaine en France (Article)	2016	Moscarelli, F.	Desastres Naturais Vulnerabilidade Ambiental Questões Ambientais

4	Acoustic environmental zoning as strategy of management and control of the urban noise pollution (Article)	2015	Bressane, A., Mochizuki, P.S., Caram, R.M., Roveda, J.A.F.	Ocupação Divisão Territorial Zoneamento
5	Multi-scale participatory scenario methods and territorial planning in the Brazilian Amazon (Article)	2015	Folhes, R.T., Aguiar, A.P.D.D., Stoll, E., Dalla-Nora, E.L., Araújo, R., Coelho, A., Canto, O.D.	Planejamento Territorial Participativo Redes
6	Geospatial data and information for the territorial and environmental analyses in amazônia legal region. Brazil (Article)	2015	Dos Santos, M.A., Bueno, L.F., Sampaio Moreira, T.V.	Dados Geo-espaciais Georreferenciamento Geoprocessamento Base de Dados
7	Territorial perspective, regionalization and networks: An approach to federative Republic of Brazil's health policy (Article)	2015	Ribeiro, P.T.	Regionalização Regionalismo Planejamento Regional Desenvolvimento Regional Governança Políticas Públicas
8	Approaches to the role of regional planners of the Initiative for the Integration of the Regional Infrastructure of South America (IIRSA) (Article)	2015	Lobos, D., Frey, K.	Regionalização Regionalismo Planejamento Regional Desenvolvimento Regional
9	The environmental vulnerability and the territorial planning of the sugarcane cultivation (Article)	2015	Jordão, C.O., Moretto, E.M.	Desastres Naturais Vulnerabilidade Ambiental Questões Ambientais Sustentabilidade
10	Cultural heritage, city, sustainability: What is the role of urban legislation in preservation and development? (Article)	2014	Figueiredo, V.G.B.	Ocupação Divisão Territorial Zoneamento Plano Diretor Estatuto da Cidade
11	The hollowing out of brazilian metropolitan governance as we know it: Restructuring and rescaling the developmental state in metropolitan space (Article)	2014	Klink, J.	Governança Políticas Públicas

12	Tourist circuits in Brazil: Governance and public policy (Article)	2014	Fuini Labigalini, L.	Governança Políticas Públicas
13	Agrarian structure georeferenced: Implications of planning and management of the rural area in Brazil (Article)	2013	Talaska, A., Etges, V.E.	Dados Geoespaciais Georreferenciamento Geoprocessamento Base de Dados
14	The unequal limits of entrance on the Health Unique System (SUS) in Pouso Alegre - MG, Brazil (Article)	2013	De Faria, R.M.	Governança Políticas Públicas
15	Action and reaction. Urban interventions and the performance of institutions in post-disaster Blumenau (Brazil) (Article)	2013	Jacobi, P.R., Momm-Schult, S.I., Bohn, N.	Desastres Naturais Vulnerabilidade Ambiental Questões Ambientais Sustentabilidade Governança Políticas Públicas
16	Institutions and territorial development: A case study from the arrangement of productive oil and natural gas located in Macae, Brazil (Article)	2013	Dias, R.	Regionalização Regionalismo Planejamento Regional Desenvolvimento Regional
17	Public understanding of the socioeconomic effects of geotourism: The case of São José de Itaboraí (Itaboraí, Rio de Janeiro State) (Article)	2012	Dos Santos, W.F.S., Carvalho, I.S.	Gerenciamento Ambiental Urbano Governança Políticas Públicas Geoconservação Geoturismo
18	Management practices of Urban mega Projects (Article)	2012	Gadens, L.N., Hardt, L.P.A., Frey, K.	Gerenciamento Ambiental Urbano
19	Potentialities of land usage in the River Basin of Ribeirão Fartura - Paraibuna Sao Paulo: Using geoprocessing as a support to the rural territorial arrangement (Article)	2012	De Carvalho, J.L., Junior, H.G.	Dados Geoespaciais Georreferenciamento Geoprocessamento Base de Dados
20	Territory and municipal creation: The theoretical political significance of space compartmentation (Article)	2012	Cigolini, A.A.	Ocupação Divisão Territorial Zoneamento Governança Políticas Públicas

21	Proposes for the parque paleontológico de são José de Itaboraí (Brazil) preservation by the public understanding (Article)	2011	Dos Santos, W.F.S., De Souza Carvalho, I.	Geoconservação Geoturismo
22	Conservação de áreas naturais em São Paulo (Article)	2011	de Mello-Théry, N.A.	Gerenciamento Ambiental Urbano Desastres Naturais Vulnerabilidade Ambiental Questões Ambientais Governança Políticas Públicas Sustentabilidade
23	Brazilian territorial dynamics and the inversion of the "frontier thesis" in Southern part of the new world (Article)	2010	Santos, C.R.S.	Fronteiras
24	Lifestyles and territorialities in agrarian reform settlements (Article)	2008	Cruz, N.N.D.	Ocupação Divisão Territorial Zoneamento Território Territorialidades
25	The creation of new federative units in Amazônia and the environmental question: The case of Amazonas State (Article)	2008	Silva, A.D.A., Lima, W.T.D., Silva, G.H.D.A., Silva, J.D.C.	Ocupação Divisão Territorial Zoneamento
26	Land titling in Starr County Colonias along the Texas-Mexico border: Planning + stability issues (Article)	2007	Giusti, C., Larson, J., Ward, P.M., de Souza, F., May, M.	Ocupação Divisão Territorial Zoneamento Território Territorialidades
27	Globalization, metropolis and social crisis in Brazil (Article)	2006	Moreira de Carvalho, I.M.	Geografia Econômica

Fonte: elaborado pelos autores de acordo com a busca na base de dados Scopus (2017).

Desta forma, percebe-se que o planejamento territorial é discutido sob diferentes olhares e perspectivas, sobretudo, para perspectivas mais voltadas à chamada geografia física, como por exemplo, divisão territorial, zoneamento, ocupação. A busca de artigos (“Articles”) na base de dados

Scopus com a expressão “territorial planning” publicados no Brasil resultou no conjunto de 27 artigos, que apresentam diversificação de temas abordados, com certo destaque para governança e políticas públicas, além de georreferenciamento. Ainda, se constata publicações que relacionam planejamento territorial e sustentabilidade⁷, desenvolvimento regional e urbano, e planejamento territorial participativo, em menor destaque. Nota-se que em nenhum dos trabalhos indexados e analisados, correlaciona planejamento territorial, participação e comunicação. Porém, frisa-se que há uma “forte” correlação do planejamento territorial com temas como governança, políticas públicas e divisão territorial, ou seja, voltados mais à geografia física.

Complementarmente a esta pesquisa bibliográfica na base de dados Scopus, cita-se trabalho publicado de autoria de Netto et. al. (2017) onde é realizado uma análise das publicações na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), na Revista Brasileira de Gestão Urbana (Urbe), e nos anais do ENANPUR, tendo como recorte os anos de 2001 à 2015. Como objetivo da pesquisa se buscou identificar (i) o número de publicações organizadas dentro de campos e eixos de pesquisa e (ii) sua variação no tempo; (iii) as autorias e (iv) as instituições de origem de seus autores. Corroborando com a pesquisa bibliométrica realizada na base de dados Scopus, se percebe que a grande parte das publicações são originadas na região sudeste brasileira. Ainda, se nota a crescente publicação ao longo do período analisado pelos autores, sendo que:

Os trabalhos publicados no periódico da RBEUR tem menor variação de localidade: os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são predominantes – fato espelhado para os ENANPARQ e ENANPUR. A presença das demais regiões tende a ser quase constante nos eventos, com certo equilíbrio. A predominância de uma região é mais disputada na URBE, com presença mais forte de trabalhos oriundos da região sul (NETTO et. al., 2017, p. 15).

Ainda, foram elencados vinte campos de pesquisa e sete eixos temáticos para tabulação dos dados: 1) habitação, segregação e direito à cidade; 2) espaço urbano, espaço público e dinâmicas sociais; 3) cidade e cultura; 4)

7 A respeito da correlação entre planejamento territorial e sustentabilidade, analisando dados históricos se pode perceber uma incoerência nas políticas, a exemplo, dos termos tratados na Conferência de Estocolmo em 1972 e o I e II PND também na década de 1970. Porém, este estudo ainda está sendo trabalhado em outro artigo, a ser publicado.

produção e gestão do espaço; 5) história e patrimônio urbano; 6) ambiente e sustentabilidade; e 7) ensino e novas tecnologias. Para os autores:

Na RBEUR, o eixo Produção e Gestão do Espaço é predominante entre as publicações do periódico, e é o eixo presente em todas as publicações. Outro eixo constante é Espaço urbano, Espaço público e Dinâmicas sociais. O eixo Ensino e Novas tecnologias teve um número relevante nas publicações em 2002 e 2013. Na URBE, o eixo mais abordado também é o Produção e Gestão do Espaço. O eixo Habitação, Segregação e Direito à Cidade, depois de uma rápida aparição em 2009, volta a aparecer em 2013, possivelmente por efeito do PMCMV. A predominância do eixo Produção e Gestão do Espaço tende a se repetir nos ENANPUR e nos ENANPARQ em 2012 e 2014, com exceção do ENANPARQ 2010, com mais trabalhos sobre Espaço urbano, Espaço público e Dinâmicas sociais (NETTO et al., 2017, p. 13).

Ademais, correlacionando os dados com os trabalhos publicados no XVII ENANPUR (2017), se nota que ainda há predominância de publicações (sessões temáticas) nos eixos de: Produção e Gestão do Espaço Urbano, Metropolitano e Regional; Habitação e a Produção do Espaço Urbano e Regional. Tendo em vista perspectivas de pesquisa que versam sobre planejamento territorial participativo, e analisando de forma qualitativa e exploratória as discussões e os trabalhos apresentados nas mesas redondas, sessões especiais, sessões livres e temáticas do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR⁸, realizado em São Paulo em 2017 (ENANPUR, 2017), sendo este, um dos principais eventos científicos da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da Capes, se verifica que:

(i) das cinco mesas redondas realizadas, em duas trataram especificamente com questões relacionadas a participação, mais especificamente, movimentos sociais;

(ii) das três sessões especiais realizadas, em uma delas se discutiu sobre o processo de planejamento urbano e regional no Brasil correlacionado com a questão de lutas e políticas urbanas, participativismo e movimentos sociais no processo;

(iii) dos cento e vinte e sete trabalhos (distribuídos em 34 salas)

8 Um dos maiores eventos na área de Planejamento Urbano e Regional da área Capes.

elencados nas sessões livres, em dez deles se identificou como assunto abordado o processo de mobilização social, em 3 deles a participação e em 3 também, a questão do direito à cidade. Desta forma, dos cento e vinte e sete trabalhos, 2% deles a questão da participação teve destaque na pesquisa/discussão.

Continuando a análise e tabulando os trabalhos apresentados nas onze sessões temáticas (409 trabalhos), e visando entender o panorama sobre o estudo da participação social nas diferentes perspectivas (sessões temáticas) se tem que⁹:

Quadro 1: Análise qualitativa sobre a participação como foco central nos trabalhos das sessões temáticas do XVII ENANPUR (2017).

(% de trabalhos que possuem como foco central:)

Sessão	Total de Trabalhos	Participação	Mobilização Social	Direito à Cidade	Relação entre Participação e TICs/Internet/
Novas Dinâmicas de Estruturação Urbano-Regional	23	0%	0%	0%	0%
Estado, Planejamento e Gestão do Território em suas Múltiplas Escalas	44	9%	0%	0%	0%
Produção e Gestão do Espaço Urbano, Metropolitano e Regional	60	0%	0%		0%
Meio Ambiente e Políticas Públicas	35	0%	8%	0%	0%
Habitação e a Produção do Espaço Urbano e Regional	54	1,85%	9%	9%	0%
Espaço, Identidade e Práticas Sócio-Culturais	49	2%	8%	0%	*2%

9 Ainda, tendo em vista que em alguns casos apresenta-se como tema central mobilizações sociais, direito à cidade e estes estão correlacionados com participação, então, se optou em também elencá-los nesta análise. Demais enfoques não foram tabulados pois, o foco aqui é demonstrar se o contexto da participação social foi discutido (em diferentes temáticas) no XVII ENANPUR (2017).

Cidade e História	33	0%	0%	0%	0%
Técnicas e Métodos para Análise Urbana e Regional	32	0%	0%	0%	0%
Novos Movimentos e Estratégias de Luta Urbana e Regional	23	13%	21%	17%	0%
Perspectivas para o Planejamento Urbano e Regional	30	33%	23%	20%	**3%
Extensão Universitária com Perspectiva de Atuação Social e Pedagógica para Além da Sala de Aula	26	23%	7%	7%	0%

*Há um trabalho que versa sobre a relação entre ativismo/movimentos sociais e tecnologias.

**Nesta sessão o trabalho publicado é de autoria do autor deste texto.

Como resultado, dos 409 trabalhos elencados nas sessões temáticas, aqueles que tratam sobre participação representa 6% (25 trabalhos distribuídos em diferentes sessões), sendo que a maior parte deles estão nas sessões temáticas: Perspectivas para o Planejamento Urbano e Regional; Novos Movimentos e Estratégias de Luta Urbana e Regional; Extensão Universitária com Perspectiva de Atuação Social e Pedagógica para Além da Sala de Aula. Assim, a partir deste escopo bibliométrico, e percebendo a ausência de discussões mais afincas sobre participação, planejamento territorial e comunicação, as notas finais deste texto, perfaz uma introdução a esta correlação, amparada nas dinâmicas sociais recentes, oriundas da cibercultura [ciberespaço].

6 NOTAS FINAIS E PERSPECTIVAS DE PESQUISA: O CIBERESPAÇO COMO POSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO APLICADA AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

Como é sabido, na carta constitucional brasileira de 1988 ocorreu uma ampliação nos mecanismos participativos em processos de decisão e controle social resultantes de demandas de movimentos sociais e também de processos inovadores de gestão democrática. Desde então, os governos de-

vem utilizar práticas de gestão, sobretudo locais, de participação. Também é importante frisar que a partir da década de 1990 ocorreu a expansão das TICs (especificamente no Brasil) e também da organização em rede, como descreve Castells (1999), o que pode contribuir decisivamente às práticas de gestão, sobretudo, no que tange à comunicação para que a participação possa ocorrer.

De acordo com Saquet (2011, p.105) “a práxis de desenvolvimento territorial não pode ser burocrática e centralizada, direcionada *por e para* poucos, político-partidária e subordinante”. Uma das formas de integrar cada vez mais os indivíduos nos processos decisórios acerca do planejamento não estaria na organização em rede, no ciberespaço¹⁰? Não seria este um meio de comunicação adequado para incitar [e permitir / complementar] a participação no processo de planejamento? Se, de forma análoga podemos dizer que o ciberespaço (por meio de sites de redes sociais virtuais, por exemplo) foi fundamental para que movimentos ciberativistas pudessem ter acontecido¹¹ [e ainda continuam a acontecer], por que não acreditar que seja fundamental [e possível] também para o planejamento territorial participativo?

Para isto, se parte da ideia que, segundo o Ministério das Cidades (BRASIL, 2004, p. 13), “todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município”. Isso significa que:

O planejamento participativo parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a idéia (sic) de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve à falta de participação em todos os níveis e aspectos da atividade humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder. Isto quer dizer que a construção de uma sociedade nova, a superação da crise, se quisermos seguir no mesmo modo de falar, passa pela participação de todos. Esta participação significa não apenas con-

10 Conforme Levy (1999) ciberespaço é constituído pela interconexão mundial de computadores, iniciado a partir de um grupo de jovens com vontade de experimentar a liberdade. A tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC busca discutir o tema Planejamento Territorial Participativo e refletir sobre uma forma de participação embasada em novas dinâmicas sociais no ciberespaço.

11 Ver STALOCH, R.; REIS, C. O princípio da Teoria da Agência em movimentos ciberativistas. *Voices e Diálogo*, v. 14, p. 242-253, 2015.

tribuir com uma proposta preparada por algumas pessoas, mas representa a construção conjunta. (GANDIN, 1994, p. 28).

Em um contexto local (municipal) a participação na gestão pública tem como marco inicial a atuação da Prefeitura de Lages (SC), com o grupo do prefeito Dirceu Carneiro, na segunda metade da década de 1970 (ALVES, 1988 [1980]). Ainda, não se pode deixar de citar o exemplo clássico do orçamento participativo de Porto Alegre (RS). Ademais, se pode citar como forma de participação municipal na Região Sul, o Congresso da Cidade de Chapecó (SC), eleito pelo governo local “o fórum principal para a discussão da cidade em sua dimensão de *polis* com amplos setores da sociedade” (HASS, 2016, p. 297). Dentre os aspectos elencados, no âmbito da participação, estão o Orçamento Participativo, os Conselhos Municipais e o próprio Congresso da Cidade, instituído pelo decreto municipal n. 8.850, de janeiro de 2001. Estes modelos foram muito inspirados nas práticas da gestão participativa, até então presentes nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e consolidados no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).

Porém, se percebe que a questão da participação ainda é, de certa forma, incipiente e pouco requisitada, sobretudo, quando se observar o escopo político do planejamento, muito em função do pensamento tecnicista [e atualmente, em função dos retrocessos no que diz respeito as políticas de planejamento territorial]. As tecnologias da informação e comunicação – TICs, como importante inovação tecnológica desta fase do capitalismo mundial, também conhecida como 4o Ciclo Longo de Kondratieff (RANGEL, 2005) ou Período Técnico-Científico e Informacional (SANTOS, 1994), imprimem novas transformações espaço-temporais. Milton Santos destaca que este estágio “se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de *meio técnico-científico*, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas” (SANTOS, 1994, p. 139).

No ciberespaço os cidadãos podem se relacionar/contatar uns com os outros, independentemente da localização geográfica em que estão. Assim é a estrutura organizacional que igualmente define essa era (CASTELLS, 1999): a organização virtual e em rede, dadas através das TICs, revolucionando a maneira como os indivíduos interagem, como se mobilizam e como podem constituir territorialidades. Então, por que não, usar e explorar as

potencialidades do ciberespaço¹² visando à contribuição do Planejamento Territorial e ao Planejamento Urbano e Regional, bem como o direito à cidade descrito por Lefebvre (1991) e o estímulo à comunidade cívica (PUTNAM, 1996)?

Vale lembrar que Lefebvre (2001 [1991]) em seu livro “O Direito à Cidade” debate a importância da participação¹³ no que tange ao processo de desenvolvimento¹⁴ das cidades. A cidade está em constante processo de modificação, constantemente se recria e desta forma, a participação faz-se necessária. Em suas palavras “é impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga, possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

Alguns exemplos do ciberespaço como “meio” possível de comunicação entre cidadãos e poder público podem ser elencados:

- Consultas públicas via portal Participa.Br¹⁵;
- Plataforma de participação (e-Participação) do poder legislativo, da Câmara dos Deputados, chamada e-Democracia¹⁶, cuja finalidade é ampliar a participação social no processo legislativo e aproximar cidadãos e seus representantes por meio da interação digital;
- Aplicativos para *Smartphones* também podem ser elencados, como é o caso do “Observatório do Aedes Aegypti” que possibilita a população denunciar a suspeita de focos e casos de dengue de forma georreferenciada¹⁷;
- Um dos primeiros aplicativos utilizados foi desenvolvido para o Tribu-

12 A partir da elaboração de uma ferramenta – aplicativo, por exemplo – cuja finalidade seja o planejamento territorial participativo que integre o poder público, a equipe técnica e sociedade civil na gestão, elaboração e avaliação/monitoramento.

Participação não no sentido como concebemos nos dias atuais, organizada e institucionalizada formalmente, mas sim, espontânea no dia a dia.

13 Participação não no sentido como concebemos nos dias atuais, organizada e institucionalizada formalmente, mas sim, espontânea no dia a dia.

14 A palavra desenvolvimento aqui expressada é entendida como uma mudança/transformação no espaço e no tempo, ou seja, evoca movimento.

15 Disponível em: <<http://www.participa.br/e-ping/consulta-publica-versao-2018>>. Acesso em dez. de 2017.

16 Disponível em: <<https://edemocracia.camara.leg.br/home>>. Acesso em jan. de 2018. Também disponível para download nas lojas de aplicativos para Android e iOS.

17 Dados extraídos da descrição da própria plataforma (App).

nal Superior Eleitoral, o chamado “pardal”¹⁸ permitindo que os cidadãos pudessem realizar denúncias sobre irregularidades cometidas por candidatos e partidos. Além disto, disponibilizou outros aplicativos que permitiram aos cidadãos consultar dados sobre os candidatos¹⁹;

- Ainda, se pode citar o aplicativo desenvolvido para Prefeitura Municipal de Rio do Sul (SC)²⁰, cuja finalidade é e-Informação e e-Consulta, como por exemplo, emitir carnê de IPTU, acompanhar processos na prefeitura, fazer agendamento de consultas, verificar medicamentos disponíveis na rede, entre outros.

Estes exemplos citados demonstram que caminhos estão sendo trilhados, talvez, ainda não no sentido do que se pensa para o planejamento territorial participativo [para que seja possível, por exemplo, realizar etapa de leitura comunitária prevista no Estatuto da Cidade], mas sim, evidenciando que já existem diversos canais de comunicação [no sentido do governo eletrônico, e-Administração; e-Informação; e-Participação], que podem, por sua vez, serem expandidos à proposta pensada ao planejamento territorial participativo. Não apenas podem, mas devem, pois, se analisados planos diretores municipais, se percebe que neles estão contidos artigos que preveem a criação de canais de comunicação com a população, a exemplo dos planos diretores municipais da região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina (STALOCH; ROCHA, 2017). O canal de comunicação para participação prevista nos artigos dos planos diretores dos municípios da região do Alto Vale do Itajaí está também previsto na Lei 12.965/2014 que versa sobre o Marco Civil da Internet, especialmente no Artigo 4º, Incisos II - do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos; III - da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e IV - da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.

Ainda, de acordo com o Marco Civil da Internet, em seu Artigo 24, da atuação do poder público, constituem diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no desenvolvimento da inter-

18 Download grátis nas lojas de aplicativos para Android e iOS.

19 Ver site do TSE: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/aplicativos-justica-eleitoral> Acesso em 19/08/2016.

20 Desenvolvido pela IPM Sistemas.

net no Brasil para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no desenvolvimento da internet no Brasil: I - estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, do setor empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica; VI - publicidade e disseminação de dados e informações públicos, de forma aberta e estruturada; VII - otimização da infraestrutura das redes e estímulo à implantação de centros de armazenamento, gerenciamento e disseminação de dados no País, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a difusão das aplicações de internet, sem prejuízo à abertura, à neutralidade e à natureza participativa; VIII - desenvolvimento de ações e programas de capacitação para uso da internet; IX - promoção da cultura e da cidadania; e X - prestação de serviços públicos de atendimento ao cidadão de forma integrada, eficiente, simplificada e por múltiplos canais de acesso, inclusive remotos.

Tendo em vista as prerrogativas/diretrizes nos/dos planos diretores municipais, conforme demonstrado no estudo de Staloch; Rocha (2017), da gestão democrática elencada no Estatuto da Cidade, bem como as diretrizes do Marco Civil da Internet, sobretudo, em seu Art. 25, inciso V em que obriga os entes públicos a utilizarem a internet no fortalecimento da participação social nas políticas públicas e Art. 27, sobre as iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da internet como ferramenta social, em que devem: I – promover a inclusão digital, o presente trabalho apresenta uma prospecção para a participação social, a partir da comunicação via ciberespaço entre os cidadãos o poder público e o corpo técnico, entendendo que este possa ser um potencial caminho para a participação, incitando o direito à cidade descrito por Lefebvre (2001 [1991]).

Como visto, a partir dos dados apresentados, as pesquisas sobre planejamento territorial estão sendo muito difundidas na Europa, sobretudo na França, Espanha e Itália. Ainda, se nota que há uma ascensão de publicações pós anos 2000, tanto em nível mundial, quanto brasileiro. Ademais, como percebido, o planejamento territorial pouco tem sido trabalhado e estudado sob o escopo da participação social e comunicação, e tende assim permanecer se seguir os preceitos das políticas recentes adotadas pelo governo.

Assim, o intuito desta discussão foi apresentar uma proposta para alçar os novos caminhos da participação dos diferentes atores sociais no processo do planejamento territorial, amparada no período técnico-científico-informacional [denominado assim por Milton Santos], por meio da comunica-

ção via ciberespaço, acreditando que seja fundamental [e possível] também para o planejamento territorial participativo. Porém, é preciso que estas discussões sejam realizadas no âmbito acadêmico, o que por sua vez (por meio de análise de trabalhos publicados), pouco se percebeu. Frisa-se a limitação deste trabalho por ter realizado uma pesquisa bibliométrica em apenas uma única base de dados e nos anais de uns dos maiores eventos científicos da área PUR/D da Capes. Pesquisas adicionais em demais bases e tipos de documentos serão muito bem-vindas à complementação deste ensaio. Assim, o fato mais relevante do texto está no ensaio da relação entre ciberespaço, comunicação e planejamento territorial participativo.

Por fim, com essa pesquisa, se quer incitar novas e mais discussões em diferentes instituições de ensino e programas sobre participação no planejamento territorial, sobretudo, quem podem, por sua vez, serem embasadas na nomenclatura da comunicação e organização em rede no ciberespaço, resultando futuramente, em resultados práticos quando da efetivação das ferramentas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. M. **A Força do Povo. Democracia participativa em Lages**. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1988.

ARAÚJO, C. A. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*, v.12, n.1, 2007.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Ministério das Cidades e CONFEA, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III – Regiões de Referência**. Brasília: MP, 2008.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Tradução de *Our common future*. 1ª ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Portal de Periódicos Capes**. (2016). Acesso em nov. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de

Janeiro: Zahar, 2013.

ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVII.: 2017: São Paulo, SP) **Caderno de Resumos – XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** / Organizadores: Eduardo Nobre, Camila D’Ottaviano. – São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

FERENHOF, H. A; FERNANDES, R. F., Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: Método SSF. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. Revista Currículo sem Fronteiras. Porto Alegre, jan-jun 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Definindo território para entender desterritorialização. In: SANTOS, M. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HASS, M. Planejamento Participativo de Desenvolvimento Urbano Sustentável: o Congresso da Cidadania de Chapecó (SC) – 2001 a 2002. In: CORAZZA, G. & RADIN, J.C. **Fronteira Sul**: ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1991].

MAFRA, F.; SILVA, J. A. **Planeamento e Gestão do Território**. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.

MARICATO, E. **Brasil cidades**: alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 204p.

_____. O lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar. In: ARANTES, O.; VAINAR, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p.152-157, jul./dez. 1999.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT**. Brasília, 2006.

NETTO, V. M.; FISZON, M.; MOREIRA, M. C.; MORAES, I. Pesquisa urbana no Brasil: uma leitura inicial. In: **Anais – XVII ENANPUR** – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, 2017.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. (original: Making democracy work. Civic tradi-

tions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

RANGEL, I. **História da dualidade Brasileira**. In: Revista de Economia, 4(1), São Paulo, 1981, p. 5-34.

_____. **M. Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade - Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. In: SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo, Pólis, 2001. xpp. (Cadernos Pólis, 4).

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo** – globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular 2007.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SANTOS JÚNIOR, O. A. dos; MONTANDON, D. T. **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SCOPUS. **Documents Search Results**. Disponível em:< <https://www.scopus.com>> Acesso em mai. 2017.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558p.

STALOCH, R.; REIS, C. O princípio da Teoria da Agência em movimentos ciberativistas. **Vozes e Diálogo**, v. 14, p. 242-253, 2015.

STALOCH, R.; ROCHA, I. de O. Processo de Desenvolvimento, Participação Social e Planos Diretores do/no Alto Vale do Itajaí (SC). **RIO DO SUL**, v. 19, p. 07-30, 2017.

Rubens Staloch

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Economista com registro ativo no Conselho Regional de Economia (CORECON/SC). Membro das Comissões de Educação e de Desenvolvimento e Projeção do Profissional Economista do CORECON (SC). Educador Financeiro. Docente na área de Planejamento Urbano e Regional e Urbanismo no Curso de Arquitetura e Urbanismo e na área de Economia e Administração nos Cursos de Gestão da Uniasselvi Famesul, Rio do Sul (SC). Coordenador de Pesquisa e Extensão na Uniasselvi Famesul, Rio do Sul (SC). Especialista de Ensino no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Rio do Sul (SC).

E-mail: rubens.staloch@udesc.br

Isa de Oliveira Rocha

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado na Bridgewater State University (Massachusetts/EUA). Mestrado em Geografia - área de Desenvolvimento Regional e Urbano - pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN) - Doutorado e Mestrado - e coordenadora do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LABPLAN) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

E-mail: isa.rocha@udesc.br

Elaine Rosângela de Oliveira Lucas

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da USP com estágio sanduíche na Universidad Carlos III de Madrid (UC3M). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001).

Professora Associada da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), Docente do Departamento de Biblioteconomia (DBI) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Coordenadora do Laboratório de Produção, Comunicação e Memória Científica (CienLab). Pesquisa sobre Campo e Capital Científico, Comunicação e Estudos da Produção Científica e Movimento de Acesso Aberto (Open Access).
E-mail: lan@udesc.br